



## Fortalecer a cidadania é lutar contra a exclusão

**Nivaldo Santana é deputado e líder da bancada do PCdo B na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**



Nivaldo Santana

A cada ano que passa, o exercício da cidadania conquista diferentes espaços na sociedade brasileira e também no Estado de São Paulo com a adesão de novos movimentos sociais na luta pela ampliação da democracia. No Brasil, cidadania é fundamentalmente a luta contra a exclusão social, contra a miséria. É a mobilização concreta da população pela mudança das estruturas que beneficiam uns e ignoram milhões de outros. É querer mudar a realidade a partir da ação com os outros, da elaboração de propostas, da crítica, da solidariedade e da indignação com o que ocorre entre nós.

Nos últimos dez anos, nosso mandato tem se pautado pela defesa dos trabalhadores, dos movimentos populares e da igualdade racial, por meio de políticas públicas que diminuam o fosso social que separa ricos e pobres, negros e brancos, empregados e patrões. Além dessas premissas que nos acompanham desde o primeiro momento, lutamos por uma educação pública de qualidade, com igualdade de acesso para todos, pela defesa das estatais, que são patrimônio do povo

brasileiro. Acreditamos que o verdadeiro cidadão é o indivíduo que tem consciência de seus direitos e deveres e participa ativamente de todas as questões da sociedade. Ter consciência depende de uma formação cultural sólida, de educação.

Fortalecer a cidadania é ajudar a construir um país soberano, com valores e práticas democráticas, com a participação da sociedade no direcionamento das políticas coletivas e facilitando o acesso de todos aos bens coletivos. Cidadania é, portanto, a condição da democracia. O poder democrático é aquele que tem gestão, controle, mas sem domínio ou subordinação, sem superioridade nem inferioridade. Uma sociedade democrática é uma relação entre todos. É aquela que se edifica de baixo para cima, da sociedade para o Estado, que só tem sentido se exercida com autonomia, independência, respeito às diferenças, sempre em defesa da igualdade de acesso aos bens coletivos. ■

## Mecanismos para aumentar a participação

José Dilson

Como dizia nosso saudoso Herbert de Souza, o Betinho, cidadania é uma condição de democracia. Portanto, faço dele as minhas palavras: o poder democrático é aquele que tem gestão, controle, mas não tem domínio nem subordinação, não tem superioridade nem inferioridade. Uma sociedade democrática é uma relação entre cidadãos e cidadãs. É aquela que se constrói da sociedade para o Estado, de baixo para cima, que estimula e se fundamenta na autonomia, na independência, na diversidade de pontos de vista e, sobretudo, na ética \_conjunto de valores ligados à defesa da vida e ao modo como as pessoas se relacionam, respeitando as diferenças e defendendo a igualdade do acesso aos bens coletivos. Nesse sentido, penso que a Assembléia Legislativa de São Paulo tem cumprido brilhantemente seu papel como instrumento do processo democrático, do debate saudável de idéias e valores, da integração entre Estado e a sociedade civil organizada e, principalmente, do esforço contínuo para estimular a participação popular. Dentro das propostas e ações que têm por objetivo fortalecer o poder do cidadão e criar novos mecanismos de estímulo ao exercício da cidadania dentro desta Casa, a contribuição deste deputado é o projeto de resolução nº 3, aprovado em 7 de dezembro de 2004, que cria a Comissão Permanente de Legislação Participativa.

A criação da Comissão de Participação Popular é importante porque abre à sociedade prerrogativas dos parla-

mentares, ampliando a participação direta do cidadão nos trabalhos legislativos. Dessa forma, todas as entidades da sociedade civil organizada e de representação dos vários segmentos, como sindicatos, associações, conselhos e ONG's, poderão apresentar suas propostas à comissão, de forma mais ágil do que pela iniciativa popular de lei. Mais do que isso, poderão, da mesma forma, solicitar informações oficiais aos órgãos públicos, propor audiências públicas, debater planejamentos e orçamentos governamentais entre outras ações legislativas. Isso vem ao encontro do consenso de como a maior participação direta da sociedade civil organizada não é apenas meramente justificável, mas vital. Para se ter uma idéia, o terceiro setor é hoje responsável pelo emprego formal de cerca de 1,5 milhão de pessoas. No Estado de São Paulo, as entidades sem fins lucrativos beiraram 60 mil e empregam formalmente quase 500 mil pessoas.

Boa parte delas estão voltadas à assistência social, especialmente nas áreas de educação e saúde, e atuam de forma importante, na compensação das carências muitas vezes não atendidas pelo Estado. Na Assembléia Legislativa de São Paulo, essa medida já faz parte do novo regulamento e, portanto, do cotidiano da Casa. ■



**José Dilson é deputado e líder da bancada do PDT na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**



## Gestão dos recursos públicos, um direito de todos

Edmir Chedid



Edmir Chedid é deputado e líder da bancada do PFL na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Este ano, ao assumir as relatorias, primeiro da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), e na seqüência a do Orçamento estadual para 2006, percorrendo mais de 16 mil quilômetros do Estado, e conhecendo de perto a realidade dos contrastes revelados pela voz das comunidades, posso afirmar que a experiência proposta pela nova Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, a fim de moldar um Legislativo mais eficiente e voltado às diferentes parcelas da sociedade, implicou sobretudo no aperfeiçoamento de nossa capacidade política de discussão democrática dos mais variados temas que envolvem o dia-a-dia do cidadão paulista.

A iniciativa de regionalizar a discussão da peça orçamentária, através das audiências presenciais, com certeza mudou o rumo do tratamento dado ao Orçamento do Estado; até porque induziu, e era essa a intenção, prefeitos, vereadores, representantes de entidades, sindicalistas e demais segmentos sociais a se reunirem nas cidades-sedes de regiões de governo para discutir como implementar investimentos orçamentários nas localidades.

Trabalhamos com o objetivo de pontuar, com responsabilidade, tudo o que foi levantado nas audiências públicas, de acordo com o que reza a Constituição Estadual.

Diferentemente do que era feito até o ano passado, o relatório do Orçamento para 2006 contemplará emendas pontuais dos deputados e das bancadas. Mas isso não é tudo. A complemen-

tação desse árduo trabalho está nas mãos da população, que deve cobrar o voto de seus representantes a favor das emendas de cada região.

Para o próximo ano, temos a expectativa de dar prosseguimento aos debates, como os 49 que foram realizados em todo o Estado. E, além do Orçamento, pretendemos também regionalizar o custeio do Estado, procurando diminuir as diferenças sociais por meio de uma aplicação de recursos avalizada pela comunidade do Estado de São Paulo.

Foram muitos os que colaboraram para que o desafio se tornasse uma das mais bem-sucedidas experiências vividas por este Parlamento. De forma muito especial, gostaríamos de agradecer aos funcionários da Assembléia Legislativa, que nos acompanharam nessa empreitada, sempre movidos pelo verdadeiro espírito de equipe, que, sem dúvida, foi o grande responsável pelo êxito obtido.

As prioridades que a população paulista reclama já foram devidamente identificadas. Agora, é hora de transformá-las em realidade, através do voto dos 94 deputados que representam o Estado que tem o maior Orçamento da Federação.

Vale lembrar que o país vive o momento propício para que a classe política se comprometa de vez com a condução de um processo transparente que permita à sociedade civil organizada e aos órgãos competentes exercer, de fato, um controle efetivo sobre a gestão dos recursos públicos. ■



## Educar para a participação política

Souza Santos

Numa democracia representativa, onde o poder que emana do povo é exercido indiretamente, é comum atribuímos a força do cidadão à capacidade de discernimento coletivo, onde os frutos das ações políticas são determinados pela qualidade dos representantes eleitos.

De fato, o compromisso dos homens públicos eleitos democraticamente tem reflexo direto nas deliberações coletivas, e quanto mais consciente da importância do seu papel nesse processo, mais o cidadão tenderá a usar de maneira apurada o seu senso crítico, considerando com o devido rigor a relevância das propostas e os encaminhamentos dos programas adotados pelos detentores dos cargos eletivos.

Entretanto, a busca incessante da conscientização política como meio legítimo para o exercício da cidadania seria por demasiado restrita se limitada à subsidiar os cidadãos na condução de suas escolhas. O cidadão precisa saber votar para expressar coerentemente sua preferência entre alternativas que por vezes aprovam ou reprovam políticas governamentais, conferindo legitimidade às autoridades constituídas, mas precisa, principalmente, atuar direto nesse ciclo através de uma conduta participativa.

Tal concepção reconhece a força do cidadão ancorada em dois pilares: o primeiro no que tange à capacidade de participar conscientemente do processo eleitoral; o segundo, através de uma postura ativa, onde ele mesmo faça parte desse processo, inse-

rindo-se nos mecanismos legais que privilegiam a participação popular. Se no primeiro pilar, a ação cidadão restringe-se ao acompanhamento dos agentes públicos, no segundo, há um campo quase ilimitado de atuação onde o dinamismo de suas atividades tende a mapear as ações das autoridades eleitas, norteadando todo o processo político.

Lembremos que as questões políticas não são ações isoladas que retratam os interesses de determinados grupos, mas fenômenos soberanos na organização da vida social. Todos serão afetados por eles, portanto, todos deveriam participar. Não há cidadão que não esteja sujeito ao Estado, de modo que participar do processo, mais que um direito, é um dever ético. Essa compreensão suplanta uma outra questão de abrangência igualmente profunda, cuja defesa é uma verdadeira bandeira que empunho enquanto cidadão, homem público e representante do Partido Liberal na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

A distância entre a compreensão do papel do cidadão e o exercício de um dever ético só pode ser encurtada através da educação, que, infelizmente, tem se mostrado deficitária nesse quesito. Mais precisamente, defendo, na escola, um espaço de responsabilização social, de explicação do papel do voto na democracia, do papel dos instrumentos de participação popular como as audiências públicas, o referendo e o plebiscito e, mais que tudo, de uma educação para a participação política! A mídia também deveria se

**Souza Santos é deputado e líder da bancada do Partido Liberal na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**



apresentar de maneira mais didática, visto sua capacidade de abrangência das massas. Nesse sentido, é mister consignar um voto de congratulação com o trabalho desempenhado pela sede do Parlamento paulista, uma vez que a Assembléia Legislativa vem adotando uma série de procedimentos voltados à participação popular. Além da prerrogativa que vem cumprindo satisfatoriamente de fomentar as audiências públicas, a Casa está mais aberta do que nunca à voz do cidadão, oferecendo-lhe a Assembléia Popular, onde todas as quartas-feiras é colocada uma tribuna à disposição daqueles que queiram expor sua opinião a respeito de um tema de interesse da comunidade; O Parlamento Jovem, voltado às escolas públicas e privadas para permitir aos alunos integração no processo legislativo, entre outros.

Só assim, sabendo escolher e efetivamente participando, o cidadão viabiliza a consolidação da sua força, num processo contínuo que pode ser repensado e remodelado à mercê das necessidades sociais. ■



## Rever as prioridades

Baleia Rossi

Um país como o Brasil, que ostenta um Produto Interno Bruto superior a US\$ 600 bilhões, que o insere entre as 12 maiores economias do planeta, não pode, sob nenhum pretexto, ocupar 113º. lugar no ranking das nações mais injustas no campo social. Infelizmente, é esse o nosso caso.

São Paulo é o Estado mais rico da Federação, produzindo a cada ano mais de um terço das riquezas nacionais, algo próximo de US\$ 200 bilhões. Mas nem essa pujança econômica, superior à de muitos países do Primeiro Mundo, consegue extirpar as desigualdades entre as pessoas que vivem e trabalham em território paulista.

Por que, afinal, a unidade federativa mais rica e poderosa da União exhibe tantas chagas sociais, especialmente nas grandes e médias cidades, a despeito da exuberância de seus setores produtivos? São várias as razões. A maioria, fruto da miopia histórica do poder público que nasceu no período colonial, floresceu no Império e enraizou-se na era republicana. São Paulo tem sido vítima dessa miopia, transferindo para a União parte significativa dos impostos pagos por seus contribuintes.

A classe dirigente brasileira, salvo as exceções que confirmam a regra, nunca soube valorizar e consolidar os valores da cidadania. Sempre esteve na contramão das mudanças rumo à modernidade. Cobrou sempre, de maneira até intransigente, os deveres do cidadão, mas geralmente ignorou seus direitos.

O triste é constatar que esta postura não foi marca registrada apenas dos

ditos “governos conservadores”, arduos representantes dos interesses das elites. Prova disso é a história nacional recente, protagonizada por um intelectual e sociólogo com militância ideológica de centro-esquerda e por um ex-líder sindical ungido à liderança da Pátria com o apoio maciço dos mais humildes.

Pois foi sob o comando do intelectual de centro-esquerda, que um dia pediu para que o povo esquecesse tudo o que ele escreveu como sociólogo e professor, e do ex-dirigente sindical, que prometeu substituir o medo pela esperança, que o Brasil elevou, em apenas uma década, sua carga tributária de 26% para quase 40% do PIB, não sem antes fixar as taxas de juros em patamares estratosféricos.

Não há maneira mais perversa de desrespeitar o cidadão do que aumentar os impostos e os juros e, ao mesmo tempo, ferindo a lógica e a ética, piorar os serviços públicos oferecidos à população. Todavia, esse tem sido o preço imposto pela política econômica vigente desde meados dos anos 90. Para fortalecer o poder do cidadão, é necessário que o poder público reveja suas prioridades. É preciso governar para as pessoas, em especial para as mais necessitadas, colocando este objetivo acima da gula do mercado. É possível agir dessa forma sem lançar mão de práticas populistas e assistencialistas, preservando as finanças públicas e, conseqüentemente, a estabilidade econômica.

O atual governo do Estado de São Paulo tem alcançado bons resultados ao inovar sua estratégia na área

tributária, reduzindo impostos para desonerar vários produtos e serviços essenciais à comunidade, como micro e pequenas empresas, construção civil, leite e até farinha de trigo, principal componente do nosso pãozinho de cada dia. Isso tudo sem comprometer a capacidade de arrecadação do Estado. Quem ganha com isso é o cidadão.

Medidas iguais a essas fazem parte da agenda econômica e social encampada pelo PMDB e terão sempre, independentemente de quem forem seus propositores, o apoio firme do nosso partido. Promover o desenvolvimento econômico, sem inibir os avanços sociais, bandeira sempre desfraldada pelo ex-governador Orestes Quércia, que hoje comanda o PMDB paulista, é o meio mais eficaz de forjar a cidadania plena, sem adjetivações. ■

**Baleia Rossi é deputado e líder da bancada do PMDB na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**





## Mais segurança, mais cidadania

Antonio Salim Curiati



Antonio Salim Curiati é deputado e líder da bancada do PP na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Nos tempos em que estamos vivendo, para que um cidadão tenha o poder fortalecido, é necessário que a nossa democracia seja consolidada, e um dos fatores que levam a isso é a segurança.

Infelizmente, vivemos dias difíceis, privados da própria liberdade, e o aumento da violência e da criminalidade gera o medo, a desconfiança e a instabilidade. Baseado nessa realidade é que acreditamos que uma das medidas de combate à criminalidade é a redução da maioridade penal de 18 anos para 14 anos.

A opinião pública tem visto, cada vez mais estarecida, a forma sem pudor com que menores e suas quadrilhas zombam da impunidade. Marginais adultos fazem um verdadeiro recrutamento de menores carentes, treinando-os não só para a prática de crimes, mas atribuindo-lhes a realização de atentados à vida e ao patrimônio. Isso acontece porque, levando em conta a inimputabilidade até 18 anos completos, essas quadrilhas podem escapar à sanção da lei.

Sabemos que qualquer jovem, nos dias de hoje, com o advento da comunicação de massa, tornou-se muito mais maduro (do que os de gerações passadas), um cidadão do mundo e, quase insensivelmente, um repetidor de comportamentos, quando não um gerador.

Outro ponto questionável que deve ser levado em conta é o posicionamento de determinadas entidades na “defesa” da inimputabilidade antes dos 18 anos. Ora, se sociedades bem mais adiantadas do

que a nossa, com séculos de civilização, fixam a responsabilidade do menor a partir desses limites, –Bélgica (16 anos), Dinamarca (15), Polônia (17), Hungria (12), Itália (14), Inglaterra (sem limite), França (13), Argentina (14), Chile (10), Venezuela (10) e Cuba (12)– por que seremos nós os mais condescendentes, deixando-os agir livremente até os 18 anos?

Ninguém se engane: o menor, aos 14 anos, tem noção perfeita do que é certo e do que é errado e quando decide praticar atos anti-sociais está perfeitamente consciente dos mesmos. Pode, portanto, ser responsabilizado civil e criminalmente.

As famílias brasileiras que vêm sendo vítimas desses infratores clamam pelo rebaixamento da idade penal, e quando isso acontecer, as quadrilhas e os seus jovens integrantes, pensarão bastante antes de cometer ilícitos penais, porque poderão ser julgados e condenados por seus atos.

A única precaução que temos quanto a essa redução, é que sendo responsabilizados e condenados aos 14 anos, os menores têm de ser confinados em estabelecimentos especializados, para evitar o convívio com marginais mais experientes, e receber atenção especializada para a sua reeducação.

O que não mais se pode tolerar é a existência de verdadeiros adultos de 14 anos continuando a receber carta da impunidade para assaltar, violentar e matar. Essa mudança precisa de urgência! ■



## O papel do cidadão em uma sociedade democrática

Arnaldo Jardim



Arnaldo Jardim é deputado e líder da bancada do PPS na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

A civilização ocidental construiu um jeito moderno de governar, lapidado através dos tempos até chegar ao que chamamos hoje de “democracia representativa”. Nesse sistema, os interesses e direitos da população são geridos de duas formas: por meio de funções delegadas, em que estão os funcionários concursados cumpridores de determinadas funções institucionais, ou pela delegação de responsabilidade que se faz em certos períodos (eleição para cargos nos Poderes Executivo e Legislativo). Tal princípio da democracia representativa não é imutável –precisa ser, constantemente, renovado e atualizado.

Neste caminho, nós do Partido Popular Socialista (PPS) defendemos o princípio da radicalidade democrática. Acreditamos que a tarefa de representação não é simplesmente defender interesses dos eleitores, ou mesmo de um segmento corporativo específico. Ela deve ser entendida como a defesa de um princípio básico –o interesse público. Diante disso, defendemos a criação de mecanismos que garantam maior participação da sociedade na definição dos rumos do país. Seja na proposição de novos projetos, no aumento da sua participação efetiva na tomada de decisões ou no acompanhamento e fiscalização das atitudes da administração pública. Dirão, alguns, que esse preâmbulo trata-se somente de dissertação sociológica, mas tudo isso tem uma clara implicação na vida de cada um de nós. Precisamos aproximar o poder público da sociedade civil organizada, repartir responsabilidades, estabelecer uma via de duas mãos que proporcione a

descentralização do poder constituído. Precisamos retomar essa discussão no sentido de transformar o Estado em um instrumento capaz de diminuir diferenças, estabelecendo condições de justiça e de igualdade. Faz-se necessário rememorar estes princípios, em decorrência dos sinais preocupantes de quebra do pacto democrático, diante do descrédito generalizado da sociedade com as instituições públicas.

O fortalecimento das instituições públicas passa necessariamente por um processo de descentralização, por meio da municipalização dos serviços, ou seja, admitir que cada região ou localidade tem necessidades distintas. Não falo em “prefeiturização”, no sentido de colocar sobre os ombros do Executivo municipal a responsabilidade de gerir todos os anseios da sociedade, mas de promover maior participação da sociedade civil organizada por meio de mecanismos que aumentem sua capacidade decisória nos rumos da sua região, da cidade, do Estado, ou ainda do país. Acredito que partidos políticos não são simples ajuntamentos. Eles representam um conjunto de pessoas, idéias e códigos de conduta que devem ser pautados pela ética e pela busca do interesse público. Constatamos que a sociedade está muito vigilante e que, se realmente queremos caminhar para que o Legislativo seja a expressão mais pública da sociedade, devemos: nas atitudes cotidianas, na transparência em relação à remuneração dos parlamentares, no voto aberto, no combate ao nepotismo –auscultar sistematicamente os anseios da população, fortalecendo, assim, a sua legitimidade. ■



## É preciso intensificar a consulta à população

Jonas Donizette

O fortalecimento do cidadão principia com a sua maior participação nos poderes constituídos.

A iniciativa popular nos projetos de lei, o plebiscito e o referendo, a ação popular, a representação nos Parlamentos, entre outros, embora consagrados no texto constitucional, não foram implementados de forma a proporcionar uma ação direta do cidadão nos processos da gestão estatal.

A criação de Conselhos Populares possibilitou uma melhoria na participação direta dos cidadãos e produziu uma redução da quantidade do poder delegado aos administradores públicos. Isso, porém, ainda é uma desconcentração de poder muito discreta.

É imperioso que sejam incrementados meios para que a iniciativa popular possa ser mais amplamente exercida, talvez devêssemos começar por repensar os quantitativos hoje exigidos para a apresentação de um projeto de lei de iniciativa popular.

O plebiscito e o referendo devem deixar de ser letra morta. Há países que não passam seis meses sem que o cidadão seja acionado para decidir. Entre nós, desde a promulgação da Constituição da República em 1988, foi realizado um plebiscito em 1993 –para definir a forma de governo (república ou monarquia) e o sistema de governo (presidencialismo ou parlamentarismo)– e foi realizado um referendo em 2005, sobre o artigo 35 da lei n.º 10.826/2003, que proibia o comércio de armas e munições.

Não se abriu ao cidadão a decisão sobre a reeleição, a venda do patrimônio público, as reformas pre-

videnciárias, a reforma tributária, as sucessivas alterações constitucionais e infra-constitucionais que tanto afetaram a nossa população.

O cidadão deve ser chamado muito mais freqüentemente para deliberar sobre temas de grande relevo e interesse coletivo. Isso porque, todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente... (Constituição da República – parágrafo único do art. 1.º).

Associados aos mecanismos de exercício direto de poder pelos cidadãos é necessário agregar elementos de qualificação do exercício do mandato parlamentar, tais como: intensificar o deslocamento para as variadas regiões do Estado de Comissões da Assembléia em audiências públicas, a realização de Sessões Plenárias, ou, ainda, o parlamentar ir à população para colher suas reivindicações, sugestões, reclamações, etc. nas imediações de sua casa ou de seu trabalho. Tais práticas levarão a uma desconcentração do poder formal tal como se encontra hoje e, via de consequência, ampliarão e fortalecerão o poder exercido diretamente pelo cidadão. ■



**Jonas Donizette é deputado e líder da bancada do PSB na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**



## Mais controle social, melhor gestão pública

Ricardo Tripoli



Ricardo Tripoli é deputado e líder da bancada do PSDB na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Monteiro Lobato aponta em um texto da década de 20, como grande causa dos problemas do sistema político da época, o fato de ser uma “rosa de papel”, ou seja, não o resultado de um processo histórico que tivesse evoluído a partir da luta dos cidadãos, mas uma cópia artificial e mutilada de modelos externos.

O processo de democratização na década de 80, seguido pela Constituinte, eleições diretas, impeachment e tantos outros movimentos políticos, contribuíram muito para dar uma vida real e uma perspectiva moderna ao nosso sistema político. Contudo, as mudanças culturais só se processam com alguma lentidão, em particular quando não há um esforço direto no sentido de superar velhos conceitos.

Uma seqüela de décadas de ausência de uma cultura política democrática e participativa persiste em certa visão muito comum na qual as pessoas nem sempre se enxergam como cidadãos e, por conta disto, não entendem aquilo que é público como sendo deles. O “governo” ainda habita o imaginário de muitos cidadãos, mesmo entre os mais esclarecidos, como uma espécie de ente externo, de soberano invisível.

Essa questão, nem sempre percebida, coloca uma tarefa essencial sem a qual talvez qualquer iniciativa não tenha o devido sucesso: fortalecer a consciência de que o que é público é de todos e que o governo é apenas a expressão da vontade coletiva do povo. Fazer avançar essa consciência produzirá cidadãos que terão vontade de ter e exercer seu poder sobre as instituições, não na forma de grupos de pressão ocasionais voltados

para questões pontuais de interesses efêmeros, mas como controle social permanente sobre o que é público.

Uma visão como essa requer que se compreenda que existe o direito de escolher os governantes e o dever de fiscalizar como esses realizam suas ações. Ao mesmo tempo exige atenção, interesse nas coisas públicas por parte dos cidadãos. Em contraponto aos métodos demagógicos que prometem ser tudo possível, um processo de caráter realmente educativo deveria enfatizar os dilemas essenciais da administração –resolver problemas ilimitados com recursos limitados–, caracterizando assim o aspecto essencial que administrar está relacionado a tomar decisão, abrir mão daquilo que não é essencial naquele instante para poder realizar aquilo que é prioritário.

Essa visão madura do governo e da política contribui mais do que qualquer outra coisa para fazer evoluir tanto os governos como a participação efetiva do cidadão, enquanto certa visão “mágica” da política resolvendo todos os problemas através do voto em algum “salvador da pátria” enfraquece o sentido real da cidadania. Visão essa cultivada no imaginário popular por séculos servindo de entrave a uma compreensão integral da cidadania.

Assim, respondendo à questão proposta, diria ser essencial difundir campanhas e iniciar projetos que visem dar ao cidadão a visão da política como um processo de decisão e escolha, porque então ele passará a compreender que pode tomar parte nesse processo decisório em vez de apenas esperar passivamente os resultados. ■



## Parlamento com autonomia

Renato Simões

A Assembléia Legislativa de São Paulo passou em 2005 por significativas mudanças. Em março, o Parlamento estadual deu um salto de qualidade com o resgate da autonomia e da democracia que proporcionaram maior dinamismo à instituição, com eleição da nova Mesa Diretora.

A disputa que travamos rompeu com o ciclo de domínio do PSDB na condução da presidência da Assembléia e possibilitou a aplicação do critério da proporcionalidade na composição das Comissões Permanentes, que favoreceu a análise dos problemas do Estado e a busca de políticas públicas para atender às demandas da população.

A condução, pelo PT, das presidências de comissões significativas, como Constituição e Justiça, Serviços e Obras, Defesa do Meio Ambiente, Educação, Agricultura e Pecuária e Direitos Humanos, além da vice-presidência de Finanças e Orçamento e da vice de Fiscalização e Controle, resultou na realização de inúmeras audiências públicas, debates onde os deputados inquiriram os secretários da gestão do governador Geraldo Alckmin e viabilizaram a participação popular na defesa dos interesses da sociedade.

Para se esquivar dos questionamentos, aliados do governo tem frequentemente lançado mão de instrumentos regimentais para esvaziar as reuniões das comissões, adotando medidas protelatórias e, quando atendem às indagações do Poder Legislativo, os secretários fazem jogo de cena e se apresentam escoltados por claques, como ocorreu com as visitas recentes

dos secretários da Educação, Gabriel Chalita, e da Segurança Pública, Saulo de Castro Abreu Filho.

A bancada do PT denunciou também a ausência de CPIs, que se tornou uma questão emblemática no Parlamento paulista. Atualmente, há 65 pedidos protocolados e barrados pelo PSDB, que obstrui a prerrogativa parlamentar de fiscalizar o Executivo.

Ainda na seqüência da democratização das discussões dos temas pertinentes aos interesses da população de São Paulo, a Assembléia acatou a proposta da bancada PT e realizou 49 audiências públicas regionais que resultaram em 248 emendas regionais ao Orçamento Estadual 2006.

Esse foi um grande salto na mobilização da sociedade civil organizada, que no primeiro semestre protagonizou um importante debate e enfrentamento à política de arrocho às áreas sociais e protestou contra o veto do governador Geraldo Alckmin ao aumento do repasse de recursos para a Educação.

Outra vitória da autonomia legislativa foi a aprovação do relatório do Orçamento de 2006, que após dez anos saiu das mãos do PSDB, o novo relator acatou cerca de 2.000 emendas parlamentares, um recorde, além de incorporar as emendas regionais que deram à peça um caráter efetivamente democrático-popular.

O ano de 2005, foi um ano especial para o Legislativo estadual, um período importante de muitas conquistas e avanços à democratização do Estado e do aprimoramento dos instrumentos de comunicação da

instituição e que tem um importante papel de publicizar e divulgar os direitos e deveres, estabelecidos em leis sugeridas e votadas pelos 94 deputados que compõem o Poder Legislativo de São Paulo.

A busca incessante da aplicação do parâmetro da equidade partidária e da clareza da informação deve ser o foco principal dos meios de comunicação da Assembléia Legislativa de São Paulo, ao levar aos cidadãos paulistas as notícias das atividades do parlamentares, as diferenças e as divergências que fazem parte do jogo democrático. ■

**Renato Simões é deputado e líder da bancada do PT na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**





## É hora de participar

Campos Machado



**Campos Machado é deputado e líder da bancada do PTB na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.**

Muitos falam em globalização, uma das palavras mais usadas nos últimos anos em nosso país, porém, em momento nenhum podemos deixar que a tão sonhada globalização, em tudo que ela tem de positivo, tire da sociedade a sua principal arma, o seu poder de participar. Na área política, então, é impossível deixar de lado as demandas que a população reivindica. Desde que assumi, há 16 anos, uma cadeira de deputado na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, tenho como meta, apenas e tão somente, o atendimento das necessidades sociais do cidadão. Tanto que não há cidade, neste Estado, que eu não tenha visitado e sentido de perto seus problemas e anseios.

Em cada peça orçamentária que se discute no Parlamento paulista, tenho sempre como foco o que é realmente prioritário para o cidadão. É o mecanismo que conhecemos como "Orçamento participativo", pois entendo que a sociedade que paga impostos tem o direito sagrado de receber, em troca, no mínimo, melhores condições de vida.

É aí que, neste momento, visualizo a essência do que é o "Poder do Cidadão", que não deve ser tratado como uma seringa descartável, usado quando o político quer dele um voto eletivo e depois jogado fora, sem a menor atenção. Muito pelo contrário, nós políticos temos obrigação de estarmos atentos às reais necessidades de cada região deste Estado, e descobrirmos quais as dificuldades que se observam ali, e procurar atender o maior número

possível de demandas. Quando se tem noção de cidadania, a sociedade restabelece para si sua condição democrática, e não pode abrir mão do poder de participação.

Nós, parlamentares, temos obrigação de lutar para que os sonhos da sociedade se transformem em realidade. Posso lembrar aqui, por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é mais um instrumento de democracia que retorna ao nosso país, porque ela resgata e exige o exercício da responsabilidade social dos dirigentes públicos. Eles, mais do que nunca, são fundamentalmente obrigados a prestar contas de cada centavo que entra e sai dos cofres públicos, o que nos dá garantia, ao votarmos a peça orçamentária, de que o governante vai trabalhar estritamente dentro da lei, uma conquista importantíssima do cidadão.

Entendo ainda, que a oportunidade de participação e o direito do cidadão remetem para o regular funcionamento dos princípios democráticos com respeito e obediência ao Estado de Direito, às normas constitucionais em vigor e às garantias individuais. Finalmente, acredito que a sociedade brasileira está, cada vez mais, dando conta da sua responsabilidade participativa e deve reivindicar sempre ser ouvida pelos Parlamentos e governos. Só assim, com planejamento e participação social, o nosso Estado terá sempre a obrigação de respeitar e atender as necessidades básicas de cada um dos seus cidadãos, principais protagonistas no fortalecimento da democracia. ■



## O poder do cidadão na democracia participativa

Giba Marson

**Giba Marson é deputado e líder da bancada do PV na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.**



A democracia participativa é um dos mais importantes princípios do Partido Verde, preconizada em nosso programa e firmemente defendida pelos verdes em todo o mundo. Baseado nisso, o pleno exercício da democracia participativa só é possível com o fortalecimento do poder do cidadão e com a criação de mecanismos que permitam à sociedade uma inserção direta nas discussões sobre os temas de âmbito nacional, estadual ou local.

Nesse sentido, com a participação ativa da população nos assuntos de relevância, viabilizam-se ações mais eficazes por parte do poder público e registra-se um considerável avanço na luta por uma sociedade justa, solidária e igualitária.

É também com este objetivo que o Legislativo paulista tem norteado suas ações a fim de tornar cada vez mais transparente o trabalho dos parlamentares e, conseqüentemente, permitir uma inserção maior da sociedade nas discussões dos temas relevantes para o nosso Estado.

A Assembléia de São Paulo tem dado

o exemplo ao ampliar o espaço para a participação da população através de ações que estão servindo de modelo para outras Casas legislativas. Uma delas é o Parlamento Jovem que, ao completar sete anos de existência, mobiliza um número cada vez maior de adolescentes interessados em passar pela experiência de ser deputado por um dia.

Outras iniciativas também contribuíram para tornar o Legislativo paulista uma autêntica caixa de ressonância dos anseios da sociedade, como a criação da Sala do Cidadão, da Sala do Vereador e a Assembléia Popular.

Seguindo a meta de fortalecer o poder do cidadão e motivar sua participação nas questões políticas do Estado, a liderança do Partido Verde também deu sua contribuição ao promover importantes audiências públicas, encontros e seminários sobre os assuntos que estão na pauta internacional de discussão, como o Tratado de Kyoto, o efeito estufa, o Mercado de Carbono, a cultura do eucalipto nas atividades reflorestadoras, a epilepsia, o plebiscito sobre o desarmamento, a defesa dos remanescentes de mata atlântica na região metropolitana de São Paulo, a preservação dos recursos hídricos do Estado, em especial dos reservatórios Billings e Guarapiranga, a proteção das nossas reservas naturais só para citar alguns.

Estamos certos de que em 2006 essas ações serão intensificadas e o poder do cidadão ganhará maior amplitude não só no Parlamento paulista, mas em todos os segmentos da sociedade. ■

## Crítica e responsabilidade

**Maria Almeida é deputada e representante do PMR na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**

Maria Almeida



A busca contínua do exercício pleno da democracia, permitindo a abertura cada vez maior do diálogo entre o povo e os poderes públicos, tem se mostrado cada vez mais importante no âmbito das decisões que compõem hoje o cenário político e socioeconômico de nosso país.

À medida que a união de interesses, direitos e deveres se mostram um agente capaz de fomentar propostas e projetos de lei que beneficiam a todos, coadunar idéias, necessidades e perspectivas de crescimento para São Paulo, por exemplo, é fundamental, dada a magnitude do Estado e, conseqüentemente, dos problemas emergentes e soluções, quase que sempre urgentes.

Na verdade, todos nós somos o povo, do povo e para o povo, quando, como cidadãos, sentimos na pele as dificuldades cotidianas e, como parlamentares, somos o meio pelo qual as vozes que clamam por justiça, melhores condições de vida e respeito vêm acolhidas as suas reivindicações e relatos, para que sejam transformados e adequados a uma

realidade mais justa, quer seja através de leis ou mesmo da viabilização mais rápida dos meios já existentes para fazê-lo.

Contudo, há muito mais a ser ampliado nessa relação que demanda a colocação em prática dos instrumentos que reendossam o processo democrático, como os referendos e os debates públicos, que já existem, mas que ainda são pouco conhecidos por serem pouquíssimos utilizados.

O dinamismo de economias como a nossa passa obrigatoriamente pela avaliação da sociedade considerando as condutas desencadeadas sobre projetos, que nem sempre atendem à população em geral.

Sem dúvida nenhuma, para a consolidação de uma sociedade forte, é condição básica que os cidadãos ocupem seus lugares nas tribunas e assembléias, não como meros ouvintes, críticos e opositoristas do que desconhecem, mas como parte integrante, responsável, crítica e cooperadora de iniciativas inovadoras, ou não, mas que visam a estabilidade e a manutenção dos conceitos éticos e morais que formam os pilares de uma sociedade equânime. ■



## Participação, fiscalização e cobrança

Said Mourad

Cidadão, conforme o dicionário da língua portuguesa "Aurélio", significa o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado. O exercício desses direitos se traduz no direito sagrado e soberano: o voto. É por meio dele que a sociedade determina quem são seus representantes, seja no Legislativo ou no Executivo.

Num país continental como o Brasil, esse poder do cidadão difere conforme a região e a situação socioeconômica da localidade, mas tem o mesmo poder. Acredito que não haverá uma democracia plena se não houver condições sociais e econômicas satisfatórias.

Infelizmente na política brasileira, difundiu-se, e muito, a teoria do "é dando que se recebe" e, por isso, essa infeliz teoria resulta em escândalos em série que abalam a nação. Democracia tem esse custo e precisa passar por todas as experiências até amadurecer.

O povo brasileiro não se anima mais quando um empresário, operário ou intelectual, que "represente" os excluídos, venha a ganhar as eleições. Os brasileiros e brasileiras sempre apostaram na ética e na boa administração dos recursos públicos, que pagam com muito sacrifício.

A lição que tiramos é que o líder político não basta ser empresário bem-sucedido ou ter origem humilde, ser proletário, negro, religioso, índio etc.. O importante é que a pessoa tenha um programa de governo, um verdadeiro projeto para o país, uma base política real de sustentação, e não apenas um projeto para chegar ao poder.

Pode ser eleito o mega empresário, o dono de um bar ou um ajudante-geral, mas o mais relevante é que quem quer que seja, tem de ter um projeto calcado nos anseios da sociedade e dos eleitores, que lhe deram uma procuração para agir em nome deles. No Parlamento do Estado mais rico da nação, a Assembléia Legislativa paulista tem demonstrado um exemplo de conduta ética e soberana. Os projetos são debatidos exaustivamente, e independente de posição ideológica, o interesse da sociedade tem sido o foco que determina as decisões.

O Legislativo do Estado de São Paulo tem ultrapassado muitas barreiras para aproximar a sociedade do centro das decisões. O poder do cidadão está presente e é efetivamente praticado. Os parlamentares sabem que a consciência política do eleitor paulista não permite desvios do trajeto traçado. É um exemplo a ser seguido pelo resto da nação.

As bases para a evolução da sociedade está no seu poder racional, pedagógico e científico. Não é possível mais uma educação pública sem conteúdo intelectual. A cidadania para todos passa obrigatoriamente por esta base. E para clarear essas idéias é preciso que o cidadão tenha consciência para exercer corretamente o seu poder, sem manipulação das elites.

Os instrumentos da sociedade civil, através dos sindicatos e organizações não-governamentais, tem tido participação efetiva no Parlamento. As audiências públicas, a TV, rádio e imprensa da Assembléia têm sido meios eficientes para debater e expor os an-

seios e as reivindicações das mais diferentes tendências de opinião.

Cidadania é uma conquista que o poder do cidadão, o seu voto, determina. Essa consciência precisa ser difundida de norte a sul, de leste a oeste, para que as futuras gerações possam ter um país justo e igualitário, sem preconceitos e exceções.

Para aumentar o poder do cidadão nas decisões é preciso de participação, fiscalização e cobrança. Para isso, a Assembléia paulista e os parlamentares têm feito um esforço gigantesco para ouvir todos os lados e fazer valer o interesse da maioria. Essa consciência é fruto da evolução dos cidadãos. ■

**Said Mourad é deputado e representante da bancada do PSC na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**



## A contribuição do Parlamento paulista

**Edson Aparecido, é deputado e líder do Governo na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**



Edson Aparecido

A formulação de leis que atendam às aspirações de uma sociedade na qual prosperem os fundamentos de inclusão social e desenvolvimento econômico encontram no Parlamento o seu palco mais legítimo e apropriado. É ali, no embate de idéias, que nascem as proposituras sempre subordinadas aos interesses coletivos dos cidadãos e ao bem comum.

Foi sob essa perspectiva, que a Assembléia Legislativa de São Paulo deu uma notável contribuição à população do Estado neste ano de 2005. Embuídos desta tarefa da mais alta responsabilidade, os deputados paulistas encerram o ano entregando à sociedade um conjunto de leis de grande valor.

Não podemos deixar de reconhecer também o papel exercido pelo Governador Geraldo Alckmin, que submeteu a esta Casa uma série de propostas de extrema importância. Consciente da relação independente e harmônica dos Poderes Executivo e Legislativo, o governador, através da Liderança do Governo, sempre buscou um entendimento para que

se respeitasse a vontade e a visão dos parlamentares e, em última análise, o interesse da população.

Apenas para citar algumas das propostas do Executivo aprovadas pela Assembléia, podemos citar a criação da Defensoria Pública do Estado, a instituição da cobrança pelo uso de água que é de grande benefício ao meio ambiente, a isenção e redução de ICMS de vários produtos e tarifas, a criação da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia do Guarapiranga, as leis de apoio e estímulo à microempresa, entre outras propostas.

Por fim, gostaríamos de salientar que todo esse esforço somente pôde ser concretizado em virtude de contribuição das lideranças de todos os partidos com assento nesta Casa. Devemos também ressaltar a participação das comissões permanentes da Assembléia neste processo de aperfeiçoamento e debate das propostas em tramitação.

Queremos também parabenizar a presidência da Assembléia Legislativa, na figura do deputado Rodrigo Garcia, que possibilitou que os trabalhos legislativos transcorressem em clima de grande respeito e entendimento. ■